

QUAIS SÃO OS CAMINHOS E SOLUÇÕES
PARA CONSTRUIR UM ESTADO QUE PROMOVA
E COORDENE DE FORMA SINÉRGICA
AS TRANSFORMAÇÕES NECESSÁRIAS
NOS SISTEMAS ALIMENTARES BRASILEIROS?

**ARNOLDO DE CAMPOS,
PARA A CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO**

AGOSTO | 2022

QUAIS SÃO OS CAMINHOS E SOLUÇÕES
PARA CONSTRUIR UM ESTADO QUE PROMOVA
E COORDENE DE FORMA SINÉRGICA
AS TRANSFORMAÇÕES NECESSÁRIAS
NOS SISTEMAS ALIMENTARES BRASILEIROS?

ARNOLDO DE CAMPOS,
PARA A CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO

AGOSTO | 2022

Este documento é uma contribuição para o debate promovido pela Cátedra Josué de Castro e tem por objetivo refletir e sugerir possíveis caminhos e soluções para que possamos ter uma Agenda Nacional para uma transformação do sistema alimentar brasileiro.

O foco da elaboração encomendada pela Cátedra é sugerir possíveis caminhos para a (re)organização da ação do Estado, especialmente quanto à governança, institucionalidade e financiamento, com vistas a implementar uma Agenda Nacional focada na transformação do sistema alimentar do país, de forma que, a partir de uma transição, ele seja capaz de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e contribuir para a promoção da saúde, para a sustentabilidade ambiental, econômica e social de suas atividades.

É um pressuposto desta elaboração que teremos um cenário de reconstrução nacional, de reorganização do Estado e das políticas públicas, após mais de meia década de desmonte das políticas públicas em geral e de segurança alimentar em particular. Portanto, as proposições não se aplicam a um cenário de continuidade do atual direcionamento político do Estado brasileiro.

Sistemas Alimentares em Xequê

Os sistemas alimentares predominantes no país e no mundo estão em xequê. Eles vêm sendo questionados em várias frentes, de forma contundente e cada vez mais fundamentada.

Há uma confluência de crises globais, nas quais o Sistema Alimentar

está ao centro, formando a chamada Sindemia Global, formada pelos seguintes fenômenos (The Lancet, 2019) (1):

Insegurança Alimentar

Em um mundo com produção crescente de grãos, carnes e leite, mais de 800 milhões de pessoas encontram-se desnutridas (FAO, 2021) (2). No Brasil, 33 milhões de pessoas vivem com fome no dia a dia e mais da metade da população está em situação de insegurança alimentar (Rede Penssan, 2022) (3), mesmo o país sendo um dos maiores provedores mundiais de alimentos.

Pandemia de Sobrepeso, Obesidade e Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil

No Brasil, a proporção de pessoas de 20 anos ou mais com obesidade, mais que dobrou entre 2003 e 2019, passando de 12,2% para 26,8%. Nesse período, a obesidade feminina subiu de 14,5% para 30,2%, enquanto a obesidade masculina passou de 9,6% para 22,8% (IBGE, 2019). No país, as DCNT respondem por 44% dos óbitos femininos e 56% dos masculinos e é a 1ª causa de mortes daqueles que têm de 30 a 69 anos (MS, 2021).

Todos estes fenômenos estão relacionados, entre outros fatores, à má alimentação, sobretudo ao consumo de alimentos ultraprocessados.

Crise Climática e Sistema Alimentar brasileiro

O sistema alimentar está no centro da crise climática, com a

agropecuária e o desmatamento entre as principais fontes de emissões de gases que contribuem para o aquecimento global.

No Brasil, as emissões do setor vêm aumentando, principalmente em função do desmatamento e respondem pela maior parte das emissões do país. O Brasil está entre os três principais emissores e responde por 3/5 das emissões da agricultura e uso da terra no nível global (FAO, 2018).

Afinal, o que se entende por Sistemas Alimentares?

A FAO tem sugerido que os países adotem políticas públicas e estratégias para a transformação dos sistemas alimentares. A Organização das Nações Unidas sugere que sejam promovidos Sistemas Alimentares Sustentáveis, que respondam simultaneamente a vários objetivos, como a oferta, disponibilidade e acesso a alimentos para todos, com qualidade nutricional, produzidos de forma sustentável e com oportunidades para melhoria da qualidade de vida por parte dos envolvidos em suas atividades.¹

A FAO define Sistemas Alimentares como sendo todas as pessoas e atividades que desempenham um papel no cultivo, transporte, fornecimento e, finalmente, na ingestão de alimentos.

O Sistema Alimentar é composto de cadeias de abastecimento,

ambiente alimentar, fatores individuais e comportamento do consumidor, bem como fatores externos.

Um sistema alimentar reúne todos os elementos (ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestruturas, instituições etc.) incluindo resultados socioeconômicos e ambientais.

Os sistemas alimentares devem garantir a segurança alimentar e nutricional para todos, respeitando as culturas locais. A provisão dos alimentos para a população deve ser viabilizada de forma sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Os sistemas alimentares sustentáveis, segundo a FAO, devem incorporar qualidades que possam sustentar as seis dimensões da segurança alimentar (HLPE, 2020):

- 1 •** Produtiva e próspera (para garantir a disponibilidade de alimentos suficientes);
- 2 •** Equitativa e inclusiva (para garantir o acesso de todas as pessoas à alimentação e aos meios de subsistência dentro desse sistema);
- 3 •** Respeitoso e empoderador (para garantir que todas as pessoas e grupos façam escolhas e tenham voz na formação desse sistema);
- 4 •** Resiliente (para garantir a estabilidade diante de choques e crises);
- 5 •** Regenerativo (para garantir a sustentabilidade em todas as suas dimensões) e;
- 6 •** Saudável e nutritivo (para garantir a absorção e utilização de nutrientes).

¹ • Ver conceitos e mais informações sobre Sistemas Alimentares na FAO em: <https://www.fao.org/food-systems/en/>.

Ainda segundo a FAO, a transformação dos sistemas alimentares é fundamental para que se alcance a Segurança Alimentar e Nutricional, assim como para contribuir com a implementação da Agenda 2030.

Cabe ao Estado liderar a transformação dos Sistemas Alimentares?

A conformação do sistema alimentar predominante no Brasil se viabilizou, e ainda se viabiliza, com intensa e fundamental atuação do Estado, com políticas públicas que fomentaram, sustentaram e contribuíram para a sua estruturação no país.

A monocultura, a concentração de terras, as grandes agroindústrias e indústrias de alimentos, as estruturas de distribuição e de comercialização, não existiriam no Brasil no atual formato sem o apoio do Estado.

Este apoio se deu de forma relativamente bem articulada e coordenada ao longo dos anos, com foco nos paradigmas e objetivos da chamada “Revolução Verde”. Apesar de integrada no nível global, o sistema alimentar no Brasil tem características específicas, que o diferenciam de outros países na região e no mundo.

Diversas inovações nas formas de intervenção do Estado foram desenvolvidas e postas a serviço do modelo, com destaque para:

- Conhecimento e tecnologia – a pesquisa e desenvolvimento tecnológico, a assistência técnica e a educação, na maior parte

estatais, foram desenvolvidas e atuaram conjuntamente para implementar o modelo no Brasil;

- Financiamento e Investimento – em outra frente bem articulada, o crédito subsidiado e abundante, ofertado majoritariamente pela rede bancária pública, o seguro agrícola subsidiado, os grandes investimentos, com apoio do BNDES, permitiram financiar, no curto, médio e longo prazo, as necessidades de capital relacionadas às atividades produtivas e agroindustriais vinculadas ao sistema alimentar predominante;
- Ao longo de décadas, foram disponibilizados pelo Governo Federal, vultuosos volumes de recursos para garantir preços mínimos e o escoamento da produção dos grãos que estão na base deste sistema. Destaque para a soja e o milho, principais beneficiados com essas políticas, e que tiveram grande subsídio público para viabilizar o escoamento da produção na região Centro-Oeste;
- A política tributária, por meio de vários instrumentos, como a Lei Kandir e Convênios no Confaz, contribuiu e contribui para dar viabilidade, competitividade e vantagens para os alimentos convencionais e ultraprocessados em diferentes etapas do sistema alimentar;
- A legislação e regulação sanitária, sobretudo para os produtos de origem animal, que favorece as grandes agroindústrias em detrimento das agroindústrias locais e cria barreiras sanitárias

artificiais ao comércio local e regional favorecendo às grandes agroindústrias e indústrias de alimentos;

- A ausência de regulação da publicidade de alimentos pelo Estado, que permitiu fomentar padrões alimentares desvinculados de qualidades nutricionais e da proteção da saúde pelos produtores de alimentos.

Não se pode deixar de mencionar a política agrária, voltada para a consolidação e expansão do modelo, especialmente para o Centro-Oeste, parte do Nordeste e do Norte do país, que favoreceu a instalação de grandes propriedades, voltadas para a implantação de monoculturas que dão base ao sistema alimentar vigente.

Por fim, cabe destacar que, em momentos de dificuldades e crises econômicas, domésticas ou internacionais, lá estava o Estado para viabilizar o perdão ou a renegociação de dívidas de grandes produtores, em condições muito favoráveis. Certamente, boa parte da base produtiva não teria sobrevivido sem a mão amiga do Estado, perdendo dívidas ou as renegociando em melhores condições.

O sistema alimentar dominante, vale mencionar por outro lado, alcançou resultados importantes em termos de produção, disponibilidade de alimentos e escala para atender o mercado interno, principalmente quando o país fazia transição de uma economia e uma sociedade rural para a urbana, que vivemos hoje. Também pode-se destacar que cumpriu e segue cumprindo um papel importante no equilíbrio das contas externas e para a geração de empregos e riqueza nacional.

Mas, assim como em outros países, o sistema alimentar dominante vem acumulando problemas estruturais crescentes, como destacado anteriormente neste documento, e que precisam ser enfrentados com a liderança do Estado.

O setor privado, pelas suas características intrínsecas, não vai liderar um processo de transformação que enfrente estes desafios. Tão pouco, a liderança conseguiria ser exercida pelos movimentos sociais e a sociedade civil organizada. Se pudessem, já o estariam fazendo. Mais difícil ainda, seria esperar que a liderança deste processo viesse dos consumidores.

Evidentemente, todos estes segmentos têm relevância muito grande e devem ser envolvidos de forma ativa e importante, em uma eventual agenda de mudanças no sistema alimentar brasileiro. Mas é difícil imaginar que a transformação necessária se viabilize sem que haja uma revisão do papel do Estado e um novo conjunto de iniciativas e políticas públicas.

Por isso, inclusive, uma eventual agenda nacional para a transformação do sistema alimentar brasileiro não deve partir do zero. O Brasil acumula um rico conjunto de iniciativas e experiências exitosas que apontam caminhos possíveis, seja no âmbito nacional, estadual e municipal, seja nos movimentos e organizações sociais e no setor privado.

Um exemplo nesse sentido foi o combate à fome no país no início dos anos 2000. Começando na sociedade um movimento de denúncia e ação contra a fome, esta agenda ganhou escala e maior efetividade

quando foi enfrentada com vontade política e liderança do Governo Federal, que passou a ofertar de forma articulada e coordenada um amplo conjunto de políticas públicas, implementadas em parceria com os estados e municípios, e com participação ativa da sociedade civil, de produtores e suas organizações, da rede de assistência social e de educação, e também do setor privado. Com a liderança do estado, foi possível tirar o Brasil do Mapa da Fome das Nações Unidas e melhorar os indicadores de segurança alimentar, principalmente entre os que mais pobres. O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) é um legado desse processo. Embora liderado pelo Estado, não se pode em hipótese alguma desconsiderar as relevantes contribuições dos movimentos e organizações sociais, assim como dos níveis locais e regionais de governo.

Redes de organizações sociais, cooperativas, associações, micro e pequenas empresas, têm implementado experiências exitosas de produção, beneficiamento e distribuição, formando microssistemas alimentares locais e regionais, com produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, circuitos curtos, tecnologias adaptadas aos biomas, com preservação e uso sustentável da biodiversidade.

Por que uma abordagem de Sistema Alimentar é importante?

O modelo conceitual de sistemas alimentares, proposto pelo Painel de especialistas da FAO (HLPE, 2020), prevê um arcabouço de macropolíticas, identificado como “política e governança”, que aparece no marco conceitual como a macroestrutura que define e orienta todas as dimensões dos sistemas alimentares.

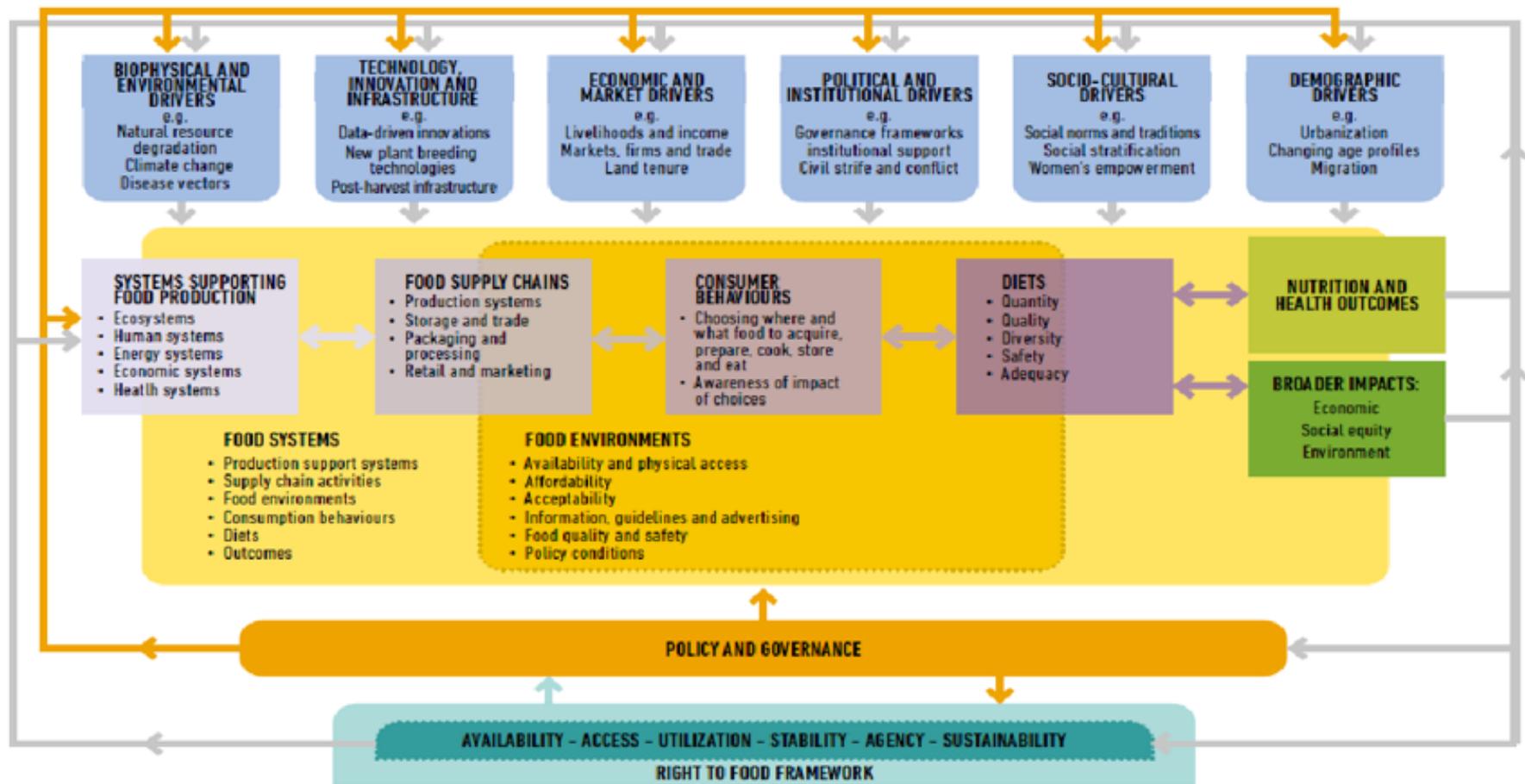
Os mecanismos de “política e governança” interagem com os sistemas alimentares de maneira complexa (Candel, 2014; McKeon, 2015; Pérez Escamilla et al., 2017). A governança alimentar abrange regras, normas e processos formais e informais que moldam as políticas e decisões que afetam os sistemas alimentares.

Os principais atores envolvidos na governança alimentar incluem atores públicos, como governos em diferentes níveis e organizações intergovernamentais, sociedade civil, como agências não governamentais e movimentos sociais, e atores do setor privado, como empresas.

A política e a governança alimentares procuram moldar os resultados do sistema alimentar. Ao mesmo tempo, guiam como os impulsionadores da mudança do sistema alimentar podem efetivamente modificá-los. Desta forma, também afetam os comportamentos dos consumidores e as regras vigentes para os atores da cadeia de suprimentos. Tudo isso flui, enfim, por meio dos resultados.

A política e a governança do sistema alimentar, que são guiadas pelo princípio do direito humano à alimentação, são mais propensas a apoiar as seis dimensões da segurança alimentar (HLPE, 2020)(7).

SUSTAINABLE FOOD SYSTEM FRAMEWORK



[fonte da tabela acima: HLPE, 2020]

A coerência política sobre sistemas alimentares (*food policy coherence*) pode ser definida como o alinhamento das políticas que afetam o sistema alimentar visando alcançar objetivos de saúde, ambientais, sociais e econômicos, para garantir que as políticas projetadas para melhorar o resultado de um sistema alimentar não prejudiquem outros.

Como o conceito e a prática de coerência de políticas reconhecem que as diferentes dimensões do sistema alimentar estão interconectadas, criar coerência de políticas é uma maneira importante e tangível de colocar em prática uma abordagem de sistemas alimentares (Parsons et al 2019) (8).

É o que será debatido nos próximos tópicos, com foco maior no papel que o Estado pode exercer no Brasil na transformação do Sistema Alimentar, sem desconsiderar as interações com o ambiente global e a relevância que o país tem neste cenário.

Buscando caminhos e soluções para a viabilização de uma Agenda Nacional transformadora do Sistema Alimentar

Desde o Pós-Guerra, o Sistema Alimentar vem sendo desenvolvido a partir dos paradigmas da industrialização, da urbanização e do consumo de massa. Vem sendo priorizado um modelo com grande concentração econômica, o que gerou os atuais oligopólios agroalimentares.

A agricultura foi industrializada, promovendo uso intensivo da terra, em regimes de monocultura, uso indiscriminado de agroquímicos, as custas de um extrativismo desregulado da água e dos solos, com grandes perdas para a biodiversidade e os conhecidos efeitos sobre o clima, a saúde e a insegurança alimentar.

A indústria de alimentos, por sua vez, vem promovendo a homogeneização e padronização de hábitos alimentares, com utilização intensiva de ingredientes artificiais e químicos com vistas a garantir vida de prateleira, conveniência de consumo e a preferência dos consumidores pelos sabores artificiais ou realçados. Para mascarar os aspectos negativos do novo padrão, foram desenvolvidas estratégias de valor e campanhas de marketing desvinculadas das qualidades intrínsecas dos alimentos.

De forma coerente com este modelo, desenvolveram-se os sistemas de distribuição e consumo em grandes estruturas que dizimaram mercados, tecidos econômicos, produtivos, sociais e culturais locais. A liberalização do comércio agrícola e de alimentos no âmbito internacional cumpriu papel importante nesse processo, sobretudo a partir dos acordos comerciais de meados dos anos 90, cuja ênfase foi na liberalização agrícola e o desmonte das políticas agrícolas e de abastecimento dos países em desenvolvimento.

Para criar alternativas a este modelo, contribuir com a transição para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, aproveitando as experiências e iniciativas exitosas, será fundamental ter uma estrutura de governança pública que seja capaz de, a partir de uma Agenda Nacional, coordenar, mobilizar, pactuar, engajar e comprometer um amplo leque de atores e instituições do setor público, não governamental e privado, seja no nível nacional, como regional e local.

Será necessário ajustar e adequar a estrutura institucional governamental, redirecionar e orientar o orçamento, desenvolver e reparar as políticas públicas. Para isso, devem ser buscadas referências.

No caso brasileiro, o SISAN foi pensado e implementado considerando a multidimensionalidade e intersectorialidade das questões de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), neste aspecto, incorporando em suas instâncias de governança e gestão, uma diversidade de atores governamentais e mecanismos institucionais de participação e controle social.

O SISAN prevê ações coordenadas em termos horizontais e verticais, com previsão de articulação e integração nos e entre os níveis nacional, regional e local. Deve ser uma referência importante para esta iniciativa.

A luta contra a fome, a partir da Estratégia Fome Zero, e contra a extrema pobreza, a partir do Brasil Sem Miséria (BSM), mostraram que o Estado, com vontade e determinação política, gestão organizada e inovadora, articulação e coordenação federativa, mobilização, participação e controle social, é capaz de promover mudanças estruturais em curto espaço de tempo.

A governança do BSM, a sua matriz de resultados, metas e indicadores, a organização institucional, o direcionamento do orçamento, a pactuação federativa, entre outras referências, devem ser levadas em conta.

Iniciativas da sociedade civil, como as redes de produção agroecológica, das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, de convivência com o Semiárido, os Armazéns do Campo, as iniciativas nas periferias das grandes cidades, os movimentos dos chefes de cozinha, entre tantas outras, devem ser consideradas igualmente.

A transformação do Sistema Alimentar como uma missão nacional

Uma transformação urgente e profunda, como a que necessita o sistema alimentar brasileiro, só pode ser feita com um real comprometimento e (re)organização do Estado, liderado pelo

Governo Federal, com vontade e determinação política, legitimidade, apoio, sustentação e participação popular.

O Estado pode e deve dar início a uma transição, extremamente relevante e urgente, para que possam emergir novos sistemas alimentares, mais saudáveis, sustentáveis, resilientes e inclusivos, que contribuam para eliminar a fome novamente do país, promovam a saúde da população, protejam o meio ambiente, gerem oportunidades, emprego e renda.

Nesse sentido, reconhecida a necessidade e a urgência desta transformação, parte-se do pressuposto que esta transição opere como uma missão especial do país e, portanto, do Estado, que deve promover um esforço extraordinário de suas estruturas, recursos e capacidades, para que seja cumprida.

Esta missão especial, essa mobilização extraordinária, esse esforço nacional, devem estar voltados para viabilizar a emergência de sistemas alimentares que contribuam com os seguintes principais resultados:

- Redução da insegurança alimentar e eliminação da fome no país, por meio de um conjunto de ações emergenciais focalizadas na população mais vulnerável;
- Redução das emissões de GEE do Sistema Alimentar, concomitante à ampliação da resiliência climática e melhoria da gestão dos recursos naturais e da biodiversidade;

- Ampliação da oferta, disponibilidade e consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis, por meio de políticas públicas para produção, beneficiamento, distribuição e consumo, assim como para a construção social dos mercados, com vistas a promover uma transição alimentar para uma dieta mais saudável e sustentável;
- Contribuir para a dinamização econômica, geração de emprego e renda, por meio da ampliação da produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e serviços relacionados ao Novo Sistema Alimentar Brasileiro.

Agenda Nacional e Governança

Para isso, há a necessidade de uma estrutura de governança voltada para o cumprimento desta missão, que deve ser criada com vistas a coordenar uma Agenda Nacional pela Transformação do Sistema Alimentar. Esta estrutura de governança deve tomar as providências necessárias para produzir os resultados esperados, em escala, com abrangência, forte impacto e em um curto espaço de tempo.

A Agenda pode ser estruturada inicialmente a partir dos seguintes eixos:

- Organização institucional e governança;
- Financiamento;
- Atualização do marco legal e regulatório;

- Política tributária;
 - Articulação e cooperação internacional.
- A seguir, é feito um exercício para o detalhamento da Agenda a partir dos eixos sugeridos

Organização Institucional e Governança

A Agenda de Transição para Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis deve ter *status* de prioridade nacional, com estrutura institucional compatível, e mecanismos de participação e controle social instituídos.

O atual SISAN e suas instâncias horizontais e verticais podem cumprir papel relevante neste processo.

No âmbito desta estrutura de governança devem ser fortalecidos e aperfeiçoados os instrumentos para articulação e mobilização, coordenação e pactuação federativa, de forma que os estados e municípios sejam amplamente envolvidos, assim como criados espaços específicos de diálogo com o legislativo e o judiciário. É igualmente importante fortalecer e qualificar os mecanismos de diálogo, mobilização e comprometimento dos atores-chaves sociais, não governamentais e do setor privado.

Financiamento

Esta não é uma Agenda apenas de discussões, planejamento e pactuação, é sobretudo uma agenda de ações, que precisam ser

implementadas, estimuladas e fomentadas. Haverá uma grande necessidade de recursos e investimentos para colocá-la em movimento e alcançar os resultados previstos.

Devem ser identificadas as necessidades de financiamento e todas as fontes já existentes, assim como as necessidades de novos recursos para sua viabilização.

Devem ser avaliados e revisados o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) com vistas ao financiamento das ações do Plano. Movimento semelhante deve ser estimulado no nível estadual e municipal.

Devem ser criados fundos especiais para fomentar investimentos em diferentes áreas, como agricultura, beneficiamento, comércio e serviços, e para desenvolvimento tecnológico e inovação.

Devem ser avaliadas, revistas e (re)orientadas as linhas de crédito de curto, médio e longo prazos, os subsídios e subvenções, os seguros etc., para os agentes produtivos, especialmente para a agricultura familiar, e para os empreendedores individuais, micro, pequenas e médias empresas integrantes do Novo Sistema Alimentar Brasileiro.

Atualização do Marco Legal e Regulatório relacionado ao Sistema Alimentar

Uma Agenda de temas regulatórios deve resultar da avaliação das necessidades de ajustes nos marcos legais e regulatórios vigentes para todos os componentes do Sistema Alimentar, assim

como apontar as necessidades de novas iniciativas legislativas e regulatórias para a transição do sistema alimentar.

Política Tributária para fomentar a produção e consumo de Alimentos Saudáveis e Sustentáveis

A tributação tem sido um dos principais instrumentos de fomento e viabilização ou desestímulo dos setores econômicos no país, com destaque para os tributos que incidem sobre o valor dos produtos comercializados, seja no âmbito federal, como estadual e municipal, com destaque para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) - Federal -, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) - Estadual - e Imposto Sobre Serviços (ISS) - Municipal.

Devem ser formuladas propostas legislativas, de decretos e para o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), conforme o caso, para estimular e fomentar os segmentos econômicos e produtivos que devem emergir no âmbito do Novo Sistema Alimentar Brasileiro.

Estados e municípios devem ser estimulados a fazer o mesmo com suas respectivas legislações e instrumentos regulatórios.

Atuação, Articulação e Cooperação Internacional para Melhoria dos Sistemas Alimentares

A Agenda de transição do sistema alimentar não pode desconsiderar

os aspectos globais que contribuem para a formação dos sistemas alimentares predominantes. As mudanças poderão ser tanto mais profundas quanto mais articuladas e pactuadas no âmbito bilateral e multilateral estiverem.

O Brasil, como um grande produtor de alimentos, uma grande economia e detentor de ativos ambientais fundamentais para o equilíbrio do clima, deve ter uma agenda internacional em diversas instâncias e espaços em que o debate e as deliberações relacionadas à alimentação, saúde, clima e comércio ocorrem.

O fortalecimento da cooperação sul-sul e do diálogo e participação social no nível internacional devem também compor esta agenda.

Um recorte regional latino-americano e caribenho é importante, assim como do Mercado Comum do Sul (Mercosul), espaços nos quais avanços mais rápidos e concretos podem ocorrer e, a partir dos quais, se pode ganhar mais força nas arenas globais.

CONCLUSÕES

Promover a transformação do sistema alimentar, para que assegure o DHAA, oferte, disponibilize e promova o consumo de alimentos saudáveis, produzidos de forma sustentável, em sistema de produção resilientes e inclusivos, entre outros requisitos, requererá vontade política e grande centralidade entre as prioridades do Estado, da sociedade civil organizada e do setor privado.

Deve ser visto e entendido como uma missão nacional, como foi acabar com a fome e a miséria por um determinado período nesse país. Como também foi o desenvolvimento e implementação do atual sistema alimentar dominante no país, ou a busca de maior autonomia energética, entre outras grandes causas que mobilizaram as capacidades, inteligência e investimentos do país.

Portanto, dada a dimensão da missão, devem ser considerados o contexto e as variáveis políticas deste processo, assim como deve ser levado em consideração o caráter transitório inicial, sem criar expectativas de rupturas ou transformações radicais imediatas. É necessário instalar um processo e uma Agenda para esta transição.

Para dar sustentação a isso, é necessário construir uma ampla aliança política, uma espécie de frente política, que articule os atores-chaves interessados no combate à fome e à insegurança alimentar, por um lado, com os atores-chaves interessados na promoção da alimentação saudável e no enfrentamento à crise climática. Movimentos sociais do campo, Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), ambientalistas,

o mundo da saúde e da nutrição, da gastronomia, assim como segmentos econômicos engajados na produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, acadêmicos, pesquisadores e cientistas, comunicadores, influenciadores, entre outros atores, devem ser articulados, mobilizados, estimulados a compor esta frente.

Não há dúvida da urgência e importância de medidas concretas nestas três frentes, que estão interligadas. O combate à fome não está dissociado da promoção da saúde e do enfrentamento à crise climática. Isso gera uma janela de oportunidade interessante, que deve ser aproveitada.

A transformação do sistema alimentar não será feita por segmentos isolados. O combate à fome se fortalece com a promoção da saúde, que se fortalece com o enfrentamento à crise climática. Há muita sinergia e complementaridade entre estas três dimensões.

Ainda se pode agregar uma quarta, que é a criação de oportunidades, emprego e renda para aqueles que estão envolvidos ou podem vir a estar nesta transformação, nesta transição para um novo sistema alimentar brasileiro.

NOTAS

(1) O documento “A Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas: relatório da comissão Lancet”, de 2019, apresenta com mais detalhes a coexistência desses três importantes problemas de saúde pública no mundo: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas.

(2) Mais informações em: The State of Food Security and Nutrition in the World (FAO, 2021) - <https://www.fao.org/publications/card/en/c/CB4474EN>.

(3) Mais informações em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf.

(4) Mais informações em: [https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-andoverweight#:~:text=In%202016%2C%20more%20than%201.9%20billion%20adults%20aged%2018%20years,women\)%20were%20obese%20in%202016](https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-andoverweight#:~:text=In%202016%2C%20more%20than%201.9%20billion%20adults%20aged%2018%20years,women)%20were%20obese%20in%202016).

(5) Mais informações em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/noncommunicablediseases#:~:text=Key%20facts,%2D%20and%20middle%2Dincome%20countries>.

(6) Mais informações em: https://plataforma.seeg.eco.br/total_emission.

(7) Mais informações em: <https://www.fao.org/3/ca9731en/ca9731en.pdf>.

(8) Parsons K, Hawkes C. Brief 5: Policy Coherence in Food Systems. In: Rethinking Food Policy: A Fresh Approach to Policy and Practice. London: Centre for Food Policy (2019)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAO, 2018. FAOSTAT Analytical Brief 18. Emissions due to agriculture Global, regional and country trends 2000–2018.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2021. The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cb4474en>.

WHO, 2021. Obesity and overweight. Obesity and overweight (who.int).

WHO, 2022. Noncommunicable diseases. Noncommunicable diseases (who.int).

HLPE. 2020. Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome. Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030 (fao.org).

MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030 – Brasília. https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/doencas-cronicasnao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf/view#:~:text=O%20plano%20de%20A%C3%A7%C3%B5es%20Estrat%C3%A9gicas,a%20dirimir%20desigualdades%20em%20sa%C3%Bade.

IBGE, 2019. Pesquisa Nacional de Saúde 2019. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pns>. SWINBURN et al. A Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças

Climáticas: relatório da comissão Lancet. 2019. Traduzido para o português pelo Idec e disponível em: https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/08/idec-the_lancet-sumario_executivobaixa.pdf.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf.

SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES E REMOÇÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (SEEG), 2020. Análise das emissões brasileiras de Gases de Efeito Estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil 1970 – 2020. OC_03_relatorio_2021_FINAL.pdf (seegbr.s3.amazonaws.com).

Candel, 2014; McKeon, 2015; Pérez Escamilla et al., 2017. Food security governance in Latin America: Principles and the way forward.

Parsons et al 2019 Parsons K, Hawkes C. Brief 5: Policy Coherence in Food Systems. In: Rethinking Food Policy: A Fresh Approach to Policy and Practice. London: Centre for Food Policy (2019)

**CATEDRA
JOSUÉ DE
CASTRO**